

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia (Iperon), autarquia estadual responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos do Estado de Rondônia, por meio do presente, **vem a público esclarecer os fatos relacionados às informações recentemente divulgadas acerca de suposta existência de convênio entre o Iperon e o Banco Master.**

No dia **03 de janeiro de 2026**, o Iperon publicou, em seu **perfil oficial no Instagram**, nota pública à sociedade esclarecendo **que não existe qualquer convênio, contrato, ajuste ou vínculo institucional, direto ou indireto, firmado com o Banco Master**, reafirmando seu compromisso com a transparência e a correta prestação de informações.

Ressalte-se que, **na data de ontem**, as informações voltaram a circular, desta vez amparadas em documento que apresentava **erro material**, o qual foi **tempestivamente corrigido pela Administração**. O **Ofício nº 4/2026/IPERON/DAF**, assinado às **9h48min (horário de Brasília)**, foi formalmente **substituído**, na mesma data, pelo **Ofício nº 139/2026/IPERON-DAF**, assinado às **16h42 (horário de Brasília)**, amplamente divulgado como a versão **oficial e válida** do ato administrativo.

Ofício nº 4/2026/IPERON/DAF - DESCARTADO

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, **demonstra-se que inexistente qualquer vínculo institucional, contratual ou operacional entre o Iperon e o Banco Master, direta ou indiretamente**, bem como que o **modelo de governança** adotado pela atual gestão assegurou a atuação técnica, independente e colegiada das instâncias competentes, **impedindo a habilitação da referida instituição para receber ou intermediar investimentos com recursos previdenciários e afastando qualquer alegação de irregularidade ou risco ao patrimônio previdenciário sob sua gestão.**

Na oportunidade, repisa-se que, **antes mesmo da publicação da Resolução CMN n. 5.272, de 18 de dezembro de 2025**, a qual decorreu de aperfeiçoamentos regulatórios motivados por eventos relevantes no sistema financeiro nacional, **a atual gestão do Iperon já vinha adotando práticas prudenciais e medidas restritivas voltadas à mitigação de riscos e ao fortalecimento dos controles na gestão dos investimentos, evidenciando postura proativa, preventiva e orientada à redução de riscos futuros e à preservação da solidez do patrimônio previdenciário administrado.**

Por fim, **encaminho a presente manifestação, em cópia, aos Chefes de Poderes e Órgãos autônomos estaduais e aos Presidentes dos órgãos colegiados** integrantes da estrutura organizacional do Iperon, **solicitando-se, ainda, que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado dê ampla divulgação das informações aqui prestadas aos representantes da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Rondônia, com o objetivo de dirimir quaisquer interpretações equivocadas e encerrar a disseminação de informações inverídicas alusivas aos fatos em pauta.**

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para expressar os votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Ofício 4 (67904788) SEI 0016.000002/2026-77 / pg. 13

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

[1] Art. 21. Os recursos dos RPPSs poderão ser geridos em carteira própria, carteira administrada ou mista. (...) § 10. As operações de compra e venda de cotas de classes de fundos de investimento e demais ativos que envolvam recursos dos RPPSs somente podem ser realizadas por instituições financeiras que atendam ao disposto no inciso I do § 2º ou no § 8º e desde que realizadas de forma direta, sem prepostos, e com estrutura própria e responsável técnico pela atividade.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Cordeiro Nogueira, Presidente**, em 08/01/2026, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do **Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017**.

Ofício nº 139/2026/IPERON-DAF - VERSÃO OFICIAL E VÁLIDA

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, demonstra-se que inexistiu qualquer vínculo institucional, contratual ou operacional entre o Iperon e o Banco Master, direta ou indiretamente, bem como que o modelo de governança adotado pela atual gestão assegurou a atuação técnica, independente e colegiada das instâncias competentes, impedindo a habilitação da referida instituição para receber ou intermediar investimentos com recursos previdenciários e afastando qualquer alegação de irregularidade ou risco ao patrimônio previdenciário sob sua gestão.

Na oportunidade, repisa-se que, antes mesmo da publicação da Resolução CMN n. 5.272, de 18 de dezembro de 2025, a qual decorreu de aperfeiçoamentos regulatórios motivados por eventos relevantes no sistema financeiro nacional, a atual gestão do Iperon já vinha adotando práticas prudenciais e medidas restritivas voltadas à mitigação de riscos e ao fortalecimento dos controles na gestão dos investimentos, evidenciando postura proativa, preventiva e orientada à redução de riscos futuros e à preservação da solidez do patrimônio previdenciário administrado.

Por fim, encaminho a presente manifestação, em cópia, aos Chefes de Poderes e Órgãos autônomos estaduais e aos Presidentes dos órgãos colegiados integrantes da estrutura organizacional do Iperon, solicitando-se, ainda, que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado dê ampla divulgação das informações aqui prestadas aos representantes da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Rondônia, com o objetivo de dirimir quaisquer interpretações equivocadas e encerrar a disseminação de informações inverídicas alusivas aos fatos em pauta.


Por fim, solicito a desconsideração do Ofício n. 4/2026/IPERON-DAF (id. 67904788), em razão de erro material inserido no referido expediente, considerando que nele foram relacionadas como credenciadas, equivocadamente, as instituições financeiras e os fundos de investimentos que possuem pedido de credenciamento formulado perante o Iperon.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para expressar os votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Tiago Cordeiro Nogueira
Presidente do Iperon

[1] Art. 21. Os recursos dos RPPSs poderão ser geridos em carteira própria, carteira administrada ou mista. (...) § 10. As operações de compra e venda de cotas de classes de fundos de investimento e demais ativos que envolvam recursos dos RPPSs somente podem ser realizadas por instituições financeiras que atendam ao disposto no inciso I do § 2º ou no § 8º e desde que realizadas de forma direta, sem prepostos, e com estrutura própria e responsável técnico pela atividade.

 Documento assinado eletronicamente por **Tiago Cordeiro Nogueira**, Presidente, em **08/01/2026, às 16:42** conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do **Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017**.

Registra-se, ainda, que a divulgação baseada no **Ofício nº 4/2026/IPERON/DAF** ocorreu **sem observância dos fluxos formais de comunicação institucional**, valendo-se de informação já corrigida para a difusão de conteúdo dissociado da realidade administrativa, o que reforça a necessidade de observância das informações oficiais e atualizadas.

No que se **refere ao Banco Master**, **reafirma-se, nos termos do Ofício nº 139/2026/IPERON-DAF**, que o fato concreto consistiu na **instauração de regular procedimento administrativo de credenciamento**, formalmente requerido pela instituição financeira interessada. Após **análise técnica, prudencial e reputacional**, realizada pela Coordenadoria de Investimentos com apoio de consultoria especializada, **concluiu-se que o Banco Master não atendeu aos critérios mínimos exigidos, motivo pelo qual o pedido foi indeferido**, decisão posteriormente ratificada pelo Comitê de Investimentos, conforme devidamente registrada em processo administrativo próprio.

O Iperon reforça que todos os seus procedimentos seguem rigorosamente a legislação vigente, as normas internas e a Política de Investimentos, sempre com foco na **proteção do patrimônio previdenciário**, na legalidade e no interesse público.

Por fim, o Iperon permanece **à inteira disposição** para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, reafirmando seu compromisso com a transparência, a responsabilidade institucional e a correta informação à população.

Porto Velho, 13 de janeiro de 2026.

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia (Iperon)